

caderno de
QUESTÕES

1.000

QUESTÕES PARA

PM-SP

SOLDADO

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO	9
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS	9
→ ARTIGO	9
→ SUBSTANTIVO	10
→ ADJETIVO	11
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS	13
→ PRONOMES PESSOAIS	16
→ PRONOMES DE TRATAMENTO	17
→ PRONOMES POSSESSIVOS	17
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS	17
→ PRONOMES RELATIVOS	18
→ ADVÉRBIO	19
→ PREPOSIÇÃO	20
→ CONJUNÇÃO	22
→ INTERJEIÇÃO	26
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL	26
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	26
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES ETC.)	27
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS)	30
→ CRASE	32
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL)	35
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	37
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	39
→ GABARITO LÍNGUA PORTUGUESA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	58
MATEMÁTICA	61
→ NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	61
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC)	61
→ NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO ETC.)	63
→ NÚMEROS RACIONAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	63
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS	64

→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	66
→ PORCENTAGEM.....	67
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	71
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	73
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	75
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO ETC.)	77
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	80
→ PONTO, RETA, PLANO, SEGMENTOS DE RETA: PROPOSIÇÕES PRIMITIVAS, POSIÇÕES RELATIVAS	83
→ GEOMETRIA ESPACIAL	83
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	85
→ GABARITO MATEMÁTICA	88

CONHECIMENTOS GERAIS 91

→ GEOGRAFIA - MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AQUECIMENTO GLOBAL.....	91
→ HISTÓRIA - O GOLPE DE 1930 E O GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934).....	93
→ CONSTITUCIONAL (1934-1937) E A CONSTITUIÇÃO DE 1934	94
→ O ESTADO NOVO (1937-1945): A GUINADA AUTORITÁRIA E A CONSTITUIÇÃO DE 1937	95
→ AS REFORMAS INSTITUCIONAIS: O BRASIL SEGUNDO VARGAS	95
→ O POPULISMO VARGUISTA E AS GRANDES REFORMAS	96
→ POLÍTICA: ENTRE A CONTINUIDADE E AS CRISES (REPÚBLICA LIBERAL)	96
→ A CRISE INTERNACIONAL E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.....	96
→ PERÍODO ENTREGUERRAS.....	97
→ SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)	98
→ GUERRA FRIA E AS SUPERPOTÊNCIAS	98
→ O FIM DA BIPOLARIDADE E A NOVA ORDEM MUNDIAL.....	99
→ GABARITO CONHECIMENTOS GERAIS.....	100

NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA..... 103

→ WINDOWS 10.....	103
→ WORD 2016.....	110
→ POWERPOINT 2016	116
→ POWERPOINT 2019	116
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	117
→ INTRANET E EXTRANET	120
→ GOOGLE CHROME.....	120
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	123
→ GOOGLE WORKSPACE	125
→ GABARITO NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA.....	125

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... 127

→ DIREITO CONSTITUCIONAL — DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)	127
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	139
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	141
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	143
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA — ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	146
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988)	155
→ DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ARTS. 111 A 123 DA CE-SP)	156
→ DA SEGURANÇA PÚBLICA (ARTS. 139 A 143 DA CE-SP).....	157
→ DO SISTEMA TRIBUTÁRIO ESTADUAL (ARTS. 159 A 168 DA CE-SP).....	157
→ GABARITO NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	157

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

→ DIREITO CONSTITUCIONAL — DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)

1. (FGV – 2024) O Estado Beta editou norma sobre regras do concurso público para ingresso na carreira da Polícia Militar, fixando limite máximo de vagas para candidatas do sexo feminino.

Diante do exposto e da jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a referida norma é

- constitucional, por observância ao princípio da razoabilidade.
- inconstitucional, por violação ao princípio da impessoalidade.
- inconstitucional, por ofensa ao princípio da isonomia.
- constitucional, por observância ao princípio da isonomia.
- inconstitucional, por violação ao princípio da moralidade.

2. (FGV – 2023) Carlos, praticante de religião politeísta, é internado em hospital de orientação cristã e solicita assistência espiritual a ser conduzida por um líder religioso de sua crença.

Os parentes de Carlos, mesmo cientes de que a assistência solicitada se resumiria a uma discreta conversa, estão temerosos de que a presença do referido líder coloque em risco a permanência de Carlos no hospital, em virtude de representar uma vertente religiosa não aderente à fé adotada pela instituição hospitalar.

Os parentes de Carlos o procuram, como advogado(a), para conhecer os procedimentos adequados à situação narrada.

Você os informou que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, o hospital

- pode negar a autorização para a assistência espiritual em religião diversa daquela preconizada pela instituição, embora não fosse o caso de Carlos perder a vaga.
- não pode negar o apoio espiritual solicitado, mesmo que a assistência seja prestada em bases religiosas diversas daquela oficialmente preconizada pelo hospital.
- somente está obrigado a autorizar a assistência religiosa caso já tivesse permitido que sacerdote de outra religião exercesse atividades religiosas em suas instalações.
- tem, como instituição privada, total autonomia para estabelecer regras para situações como esta, podendo permitir ou negar o pedido, de acordo com seu regulamento interno.

3. (FGV – 2023) Após inúmeras audiências públicas realizadas na Assembleia Legislativa do Estado Alfa, um grupo de deputados estaduais apresentou projeto de lei, que veio a ser aprovado, dando origem à Lei nº XX. De acordo com esse diploma

normativo, direcionado à proteção dos animais, era expressamente permitido o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

Irresignado com a permissão de sacrifício estabelecida na Lei nº XX, uma associação de proteção aos animais consultou um advogado a respeito de sua compatibilidade com a ordem constitucional, sendo-lhe corretamente respondido que o referido diploma normativo é:

- inconstitucional, pois afronta a competência privativa da União para legislar sobre a proteção da fauna;
- constitucional, pois resguarda a liberdade religiosa e o exercício de uma manifestação cultural;
- inconstitucional, pois afronta a laicidade do Estado, que não deve se imiscuir em questões religiosas;
- constitucional, pois a proteção constitucional é direcionada aos seres humanos, não aos animais;
- inconstitucional, pois é vedada a submissão dos animais a qualquer espécie de sofrimento.

4. (FGV – 2023) Assinale a opção que representa um direito ou garantia individual previsto expressamente no Art. 5º da Constituição Federal de 1988.

- Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida autorização prévia da autoridade competente.
- A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- A prática do racismo constitui crime inafiançável, porém prescritível em 15 (quinze) anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- Não haverá pena de morte, mesmo em caso de guerra declarada.

5. (FGV – 2023) Maria, cidadã mexicana, reside há um ano no território brasileiro. Como sua permanência no Brasil se estendia no tempo, decidiu consultar um advogado a respeito da possibilidade, ou não, de invocar os direitos fundamentais consagrados na Constituição da República de 1988.

O advogado respondeu, corretamente, que os referidos direitos:

- somente são reconhecidos aos brasileiros natos e, nos limites estabelecidos pelo ato de naturalização, aos brasileiros naturalizados, não a estrangeiros como Maria;

- b) podem ser fruídos por Maria, observadas as distinções estabelecidas pela ordem constitucional em relação aos brasileiros;
- c) são plenamente reconhecidos a Maria, sem qualquer distinção em relação aos brasileiros natos ou naturalizados;
- d) somente são reconhecidos aos brasileiros, natos ou naturalizados, não a estrangeiros como Maria;
- e) podem ser fruídos por Maria caso a legislação infraconstitucional venha a reconhecê-los.

6. (FGV – 2023) A associação dos moradores do Bairro Delta vinha realizando muitas e fundadas críticas à gestão do prefeito municipal, o que comprometia a sua popularidade. Preocupado com a próxima eleição municipal, quando concorreria à reeleição, o prefeito municipal solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de a associação de moradores vir a ser dissolvida compulsoriamente.

A assessoria respondeu, corretamente, que:

- a) nenhuma associação, uma vez constituída em harmonia com a ordem jurídica, pode vir a ser dissolvida;
- b) a associação de moradores somente pode ser compulsoriamente dissolvida por decisão judicial, em estando presentes os requisitos exigidos;
- c) como a associação de moradores necessitou de autorização do Município para ser constituída, bastaria a revogação dessa autorização para que ela fosse dissolvida;
- d) como a associação de moradores necessitou de autorização em lei municipal específica para ser constituída, somente outra lei municipal poderia determinar que fosse dissolvida;
- e) a dissolução compulsória da associação de moradores é da alçada do Município, mas pressupõe a comprovação de que tenha sido utilizada para a prática de atos ilícitos, assegurada a ampla defesa.

7. (FGV – 2023) Na região mais pobre do Município Alfa, um caminhão desgovernado adentrou a residência de Ana, causando um grande desabamento no local.

Ao constatar o ocorrido, Maria, vizinha de Ana, questionou sua filha a respeito da possibilidade de entrarem na casa para verificar se havia alguma pessoa ferida no local, sendo-lhe corretamente informado que o ingresso na residência, de acordo com a ordem constitucional:

- a) está condicionado à presença de duas testemunhas;
- b) somente seria possível com o consentimento de Ana;
- c) poderia ocorrer, ainda que não houvesse o consentimento de Ana;
- d) poderia dispensar o consentimento de Ana, mas apenas se houvesse ordem judicial;
- e) poderia dispensar o consentimento de Ana, mas apenas se fosse feito por policiais civis ou militares.

8. (FGV – 2023) Péricles, preso em flagrante por estar depredando o patrimônio público durante uma manifestação, foi vítima de tortura praticada pelos agentes públicos que, em razão do sofrimento imprimido a ele, obtiveram a sua confissão, além de outras provas contra os demais manifestantes que atuaram à margem da legalidade.

De acordo com a Constituição da República

- a) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo para se obter provas de fatos relevantes e de interesse público, na forma da lei.
- b) o preso não será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, na medida em que a ninguém cabe alegar que desconhece a lei.

- c) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- d) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária ou policial competente, incluindo os casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- e) são admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

9. (FGV – 2023) Guilherme tem recebido ligações de companhias telefônicas que lhe oferecem pacote de internet, nova linha de telefone, entre outros serviços associados. Indignado por não ter fornecido o número de seu celular para nenhuma delas, tampouco ter consentido com o contato telefônico, ajuíza uma ação no Poder Judiciário para garantir a proteção dos seus dados pessoais. Considerando o narrado, e de acordo com o Art. 5º da Constituição da República de 1988,

- a) caso Guilherme não tenha condições financeiras de pagar um advogado, o Estado lhe prestará assistência jurídica integral e gratuita, ainda que não comprove a sua insuficiência de recursos.
- b) não há previsão, como direito fundamental do cidadão, do dever do Estado de promover a defesa do consumidor.
- c) a todos, no âmbito judicial, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, exceto no âmbito administrativo.
- d) a lei poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário, a depender do caso concreto, lesão ou ameaça a direito.
- e) o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, é direito fundamental assegurado ao cidadão, nos termos da lei.

10. (FGV – 2022) Ernesto, motorista profissional, em fatídico evento, praticou homicídio culposo na direção do caminhão que conduzia. Ao fim do processo penal, veio a ser condenado, com base na legislação vigente, à pena alternativa de pagamento de prestação pecuniária e à proibição de dirigir veículo automotor por dois anos. Considerando que Ernesto possui família a sustentar, é correto afirmar, à luz da sistemática constitucional, que:

- a) o direito ao exercício da profissão de motorista profissional se enquadra na perspectiva da dignidade humana, logo, não poderia ser restringido;
- b) a proibição de dirigir veículo automotor é legítima, considerando o objetivo de proteger bens jurídicos relevantes de terceiros, como vida e integridade física;
- c) a aplicação da penalidade de proibição de dirigir veículo automotor afronta o princípio da individualização da pena, por não ter considerado a condição pessoal de Ernesto;
- d) a ponderação de interesses não pode gerar a ineficácia de um dos princípios envolvidos, sendo ilícita a proibição imposta a Ernesto ao eliminar o conteúdo essencial do direito.

11. (FGV – 2022) Marie, de nacionalidade francesa, está residindo no território nacional há alguns meses. Para se inteirar dos distintos aspectos de sua situação jurídica, procurou um advogado e o questionou se possuía, ou não, direitos fundamentais.

O advogado respondeu corretamente que Marie

- a) possui direitos fundamentais, desde que tenham sido provisoriamente deferidos no início do processo de naturalização.
- b) possui direitos fundamentais, desde que tenha requerido a sua fruição no momento de ingresso no território nacional.
- c) não possui direitos fundamentais, que somente são titularizados pelos brasileiros natos.

- d) não possui direitos fundamentais, que somente serão obtidos ao fim do processo de naturalização.
- e) possui direitos fundamentais, já que se encontra residindo no território nacional.

12. (FGV – 2022) Maria e João decidiram constituir uma associação civil com o objetivo de defender os interesses dos moradores da região em que residem.

Ao conversarem informalmente com Pedro, foram informados: I. da necessidade de prévia autorização da secretaria competente do Município, considerando a área de atuação do futuro ente.

II. de que todos os moradores da região, sem distinção, em observância ao princípio da isonomia, seriam automaticamente associados.

III. de que, após ser criada, a associação poderia ter suas atividades suspensas por decisão administrativa, mas não ser extinta dessa forma, caso praticasse atos ilícitos.

Em relação às informações de Pedro, à luz da sistemática constitucional, está incorreto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

13. (FGV – 2022) João foi condenado, em processo penal, (1) à pena de prestação de serviços à comunidade; (2) à pena de multa; (3) à obrigação de ressarcir, no valor mínimo indicado, o dano causado à vítima; e (4) ao perdimento dos bens indicados.

Antes de cumprir o disposto na sentença, que transitara em julgado, João faleceu. Nesse caso, é correto afirmar, em relação a seus herdeiros que, observados os requisitos exigidos, lhes serão transmitidos aqueles efeitos referidos em

- a) 2, 3 e 4, apenas.
- b) 3 e 4, apenas.
- c) em 1, 2, 3 e 4.
- d) 1 e 3, apenas.
- e) 1 e 2, apenas.

14. (FGV – 2022) Pedro possuía uma dívida e tinha receio de ser preso caso não realizasse o respectivo pagamento. Por essa razão, procurou um advogado e o consultou sobre a possibilidade de o seu temor se concretizar e, conseqüentemente, vir a ser preso.

O advogado respondeu corretamente que, de acordo com a ordem constitucional brasileira, Pedro

- a) não poderia ser preso por dívida, qualquer que seja a origem da obrigação jurídica.
- b) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida de obrigação alimentícia.
- c) poderia ser preso apenas se não pagasse dívida de obrigação alimentícia, de modo voluntário e inescusável, ou fosse depositário infiel.
- d) poderia ser preso por dívida caso a condenação fosse imposta por autoridade jurisdicional e não fosse pago o respectivo valor no prazo estipulado.
- e) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida tributária ou qualquer outra que tenha como credor criança, adolescente ou idoso.

15. (FGV – 2022) Joana, jovem e renomada escritora de livros infantis, faleceu. O mais velho dos seus herdeiros, com 18 anos de idade, preocupado com a situação dos livros, que geravam uma elevada renda para Joana, questionou um advogado a respeito da proteção constitucional oferecida a direitos dessa natureza.

O advogado respondeu, corretamente, que o direito de utilização, publicação ou reprodução das obras de Joana pertence:

- a) de modo exclusivo e em caráter perpétuo, aos herdeiros;
- b) de modo exclusivo e pelo tempo que a lei fixar, aos herdeiros;
- c) ao poder público, não aos herdeiros, que têm assegurado o direito de participação nos lucros obtidos;
- d) ao público em geral, não aos herdeiros, que têm assegurado o direito de participação nos lucros obtidos;
- e) aos herdeiros, ao poder público e ao público em geral, assegurando-se aos primeiros o direito de participação nos lucros.

16. (FGV – 2022) Na noite de domingo, vizinhos da idosa Maria ouviram um barulho que veio de sua casa e, em seguida, gritos da idosa pedindo socorro, dizendo que tinha caído e possivelmente quebrado o fêmur. Imediatamente, os vizinhos ligaram para o serviço de atendimento médico de urgência – SAMU do Município de Manaus, noticiando a situação de emergência.

Poucos minutos depois, José, Assistente em Saúde Condutor de Motolância, chegou ao local para prestar atendimento de primeiros-socorros a Maria, de acordo com orientação da regulação médica. Ocorre que, a residência da idosa estava trancada e Maria não estava mais respondendo a qualquer pergunta.

Para poder entrar no imóvel de Maria, José observou que a Constituição da República dispõe que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, exceto

- a) com prévia e indispensável decisão administrativa, para prestação de socorro e cumprimento de mandado de prisão.
- b) com prévia e indispensável decisão judicial, para prestação de socorro e cumprimento de busca e apreensão.
- c) em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- d) em caso de flagrante delito ou para prestar socorro, apenas durante o dia, ou por determinação judicial, em qualquer horário.
- e) em caso de flagrante delito ou desastre, para prestar socorro ou mediante determinação de autoridade judicial ou administrativa, em qualquer horário.

17. (FGV – 2022) João, estudante de direito que retornava para casa logo após o encerramento das aulas do período da manhã, parado no ponto do ônibus, constatou que uma criança estava sendo duramente espancada no interior da casa em frente.

À luz da sistemática constitucional, João:

- a) pode solicitar um mandado judicial e ingressar no local para fazer cessar o espancamento;
- b) pode ingressar no local, ainda que contra a vontade do morador, e prender o agressor;
- c) apenas pode procurar um agente policial ou um representante do Ministério Público para que eles ingressem no local e prendam o agressor;
- d) pode determinar, sob o amparo da lei, que o agressor cesse o espancamento, mas sem ingressar no local, a não ser que haja consentimento do morador ou ordem judicial;
- e) apenas pode procurar um policial ou um representante do Ministério Público para que eles obtenham um mandado judicial, de modo a ingressar no local e prender o agressor.

18. (FGV – 2022) O Juízo da 10ª Vara Criminal do Estado Alfa, com base nos elementos probatórios dos autos, defere medida de busca e apreensão a ser realizada na residência de João. Devido à intensa movimentação de pessoas durante o período diurno, bem como para evitar a destruição deliberada de provas, o delegado de polícia determina que as diligências necessárias ao cumprimento da ordem sejam realizadas à noite, quando João estaria dormindo, aumentando as chances de sucesso da incursão.

Sobre o caso hipotético narrado, com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) A inviolabilidade de domicílio, embora possa ser relativizada em casos pontuais, não autoriza que as diligências necessárias ao cumprimento do mandado de busca e apreensão na residência de João sejam efetivadas durante o período noturno.
- b) A incursão policial na residência de João se justificaria apenas em caso de flagrante delito, mas, inexistindo a situação de flagrância, o mandado de busca e apreensão expedido pelo Juízo da 10ª Vara Criminal do Estado Alfa é nulo.
- c) O cumprimento da medida de busca e apreensão durante o período noturno é justificado pelas razões invocadas pelo Delegado, de modo que a inviolabilidade de domicílio cede espaço à efetividade e à imperatividade dos atos estatais.
- d) A inviolabilidade de domicílio não é uma garantia absoluta e, estando a ordem expedida pelo Juízo da 10ª Vara Criminal devidamente fundamentada, o seu cumprimento pode ser realizado a qualquer hora do dia ou da noite.

19. (FGV – 2022) Maria e João foram presos em operação organizada pela Polícia Militar do Estado Alfa, destinada ao combate ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. A seu ver, aspectos circunstanciais, não incorporados ao auto de prisão em flagrante, no qual somente foram ouvidos dois dos policiais envolvidos, seriam suficientes para descaracterizar a tipificação de tráfico. Por tal razão, o seu advogado solicitou à Polícia Militar a identificação dos demais policiais responsáveis pela prisão, já que todos estavam encapuzados e sem identificação naquele momento. O requerimento foi negado sob o argumento de que a medida era necessária para resguardar a segurança pessoal dos policiais.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a negativa da Polícia Militar foi:

- a) certa, pois os policiais militares devem ter o seu direito à intimidade preservado;
- b) certa, pois o direito à ampla defesa não permite que os protocolos de segurança da Polícia Militar sejam desconsiderados;
- c) errada, pois a proteção da esfera jurídica dos policiais militares tem mais peso, no caso concreto, que os interesses dos acusados de tráfico;
- d) errada, pois João e Maria têm o direito à identificação daqueles que participaram da operação e, conseqüentemente, de sua prisão;
- e) errada, pois é constitucionalmente vedado que o Estado, por ser democrático e de direito, oponha a exceção de sigilo a quaisquer informações solicitadas por particulares.

20. (FGV – 2022) A Constituição Federal de 1988 estabelece os direitos e as garantias fundamentais individuais e coletivos, descritos corretamente a seguir, à exceção de um.

Assinale-o.

- a) O Brasil, em regra, veda a pena de morte, mas a admite em caso de guerra externa declarada.
- b) A liberdade de consciência e de crença é inviolável sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos.
- c) A liberdade de expressão livre de censura permite a divulgação de opiniões agressivas à honra de terceiros, sem punição.
- d) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mas se exige prévio aviso à autoridade competente.
- e) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

21. (FGV – 2022) Leia o trecho a seguir (Artigo 5º, caput, da Constituição Federal de 1988).

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

A respeito dos princípios estabelecidos no texto constitucional, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A inviolabilidade dos direitos fundamentais está relacionada à noção do Estado Democrático de Direito.
- () Os direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade são a base dos direitos fundamentais da CF/88.
- () Os direitos humanos previstos na CF/88 são universais e proclamam a validade internacional da liberdade e a igualdade de todos os homens.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- a) V – V – F.
- b) V – F – F.
- c) F – V – V.
- d) F – V – F.
- e) V – V – V.

22. (FGV – 2022) Maria, servidora pública estadual com remuneração de 15 mil reais, necessita averbar seu tempo de contribuição na iniciativa privada junto ao órgão estadual onde está lotada. Necessita também cadastrar seu marido como seu beneficiário junto ao mesmo órgão.

A fim de esclarecer essas situações de interesse pessoal, requereu certidão de tempo de contribuição ao INSS, bem como requereu nova via de sua certidão de casamento junto ao delegatário do Registro Civil de Pessoas Naturais (cartório extrajudicial).

Diante desse cenário e à luz da Constituição Federal de 1988, Maria

- a) terá que recolher taxa para a expedição de ambas as certidões.
- b) terá que recolher taxa apenas para a expedição da certidão de tempo de contribuição pelo INSS.
- c) terá que recolher taxa apenas para a expedição de uma nova via de sua certidão de casamento.
- d) terá que requerer gratuidade para a expedição da certidão de tempo de contribuição pelo INSS, a ser concedida mediante ato discricionário do chefe da repartição.
- e) não terá que recolher taxa para a expedição das certidões.

23. (FGV – 2022) As lentas conquistas humanitárias ao longo dos séculos quanto aos tipos de penas aplicáveis às pessoas humanas tiveram influência sobre uma série de Constituições ao redor do mundo.

A esse respeito, no Brasil, à luz da Constituição Federal de 1988, analise os itens a seguir.

- I. É absolutamente vedada a pena de morte.
- II. É absolutamente vedada a condenação a pena de prisão perpétua.
- III. É absolutamente vedada a pena de banimento.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

24. (FGV – 2022) Martinez, cidadão espanhol, foi convidado por XYZ, universidade privada de Direito, situada no Brasil, para ministrar a disciplina Direito Constitucional. Para tanto, ele estabeleceu residência em solo brasileiro.

Após 2 (dois) anos lecionando na referida instituição de ensino, apesar de possuir qualificação adequada para o exercício do magistério, Martinez é surpreendido em suas redes sociais com graves alegações de exercício ilegal da profissão.

Sobre a questão em comento, com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

- Martinez, na condição de estrangeiro residente no Brasil, goza de todos os direitos fundamentais e políticos assegurados pela Constituição de 1988 aos brasileiros natos e naturalizados, podendo, em consequência, lecionar na universidade de Direito XYZ.
- Apesar de restringir o exercício de determinados direitos por parte dos estrangeiros, a Constituição de 1988 assegura a Martinez o livre exercício de sua profissão, desde que preencha os requisitos legais exigidos.
- A Constituição de 1988, ainda que assegure a autonomia didático-científica das universidades, exige prévia naturalização do estrangeiro Martinez para que possa atuar no ensino superior de ensino.
- A ordem constitucional permite que Martinez, na condição de estrangeiro residente no Brasil, desempenhe livremente sua profissão, mas condiciona tal direito à prova de residência em solo brasileiro por, no mínimo, 04 (quatro) anos.

25. (FGV – 2022) Roberto, cidadão brasileiro, toma conhecimento que um órgão público federal está contratando uma conhecida empreiteira do Estado Delta para a realização de obras sem promover o regular procedimento licitatório.

A fim de proteger o interesse público, busca obter maiores informações junto aos setores competentes do próprio órgão. Sem sucesso, passa a considerar a hipótese de ajuizar uma Ação Popular a fim de anular os atos de contratação, bem como buscar o ressarcimento dos cofres públicos por eventuais danos patrimoniais. Antes de fazê-lo, no entanto, quer saber as consequências referentes ao pagamento de custas judiciais e do ônus de sucumbência, caso não obtenha sucesso na causa.

Você, como advogado(a), então, explica-lhe que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, caso não obtenha sucesso na causa,

- não terá que arcar com as custas judiciais e com o ônus de sucumbência, posto que o interesse que o move na causa é revestido de inequívoca boa-fé, em defesa do interesse público.
- somente terá que arcar com as custas judiciais, mas não com os ônus sucumbenciais, posto se tratar de um processo de natureza constitucional que visa a salvaguardar o interesse social.
- terá que arcar com as custas judiciais e com o ônus de sucumbência, como ocorre ordinariamente no âmbito do sistema processual brasileiro.
- não terá que arcar com qualquer custo, considerando que a Constituição Federal de 1988 concede aos brasileiros isenção de custas em todos os chamados remédios constitucionais.

26. (FGV – 2022) Muito se discutiu, em sede doutrinária e jurisprudencial, acerca do status normativo dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.

Atualmente, em face da disciplina constitucional da matéria e da jurisprudência pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos possuem hierarquia equivalente à da lei ordinária federal, como todos os demais tratados incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro;

- os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos possuem status supraconstitucional, haja vista a necessidade de o Estado cumprir o pactuado no plano internacional em matéria de direitos humanos, independentemente da adequação constitucional interna;
- os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos possuem hierarquia de norma constitucional, pois a cláusula de abertura constante do Art. 5º, §2º da Constituição da República de 1988 estabelece textualmente que os direitos e garantias expressos naquele dispositivo não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais;
- aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aplica-se a teoria do duplo estatuto, isto é, aqueles aprovados pelo rito especial do Art. 5º, §3º da Constituição da República de 1988 têm natureza constitucional, enquanto todos os demais ostentam status supralegal, estando abaixo da referida Constituição, porém acima da legislação interna;
- os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados pelo rito comum são normas materialmente constitucionais, na forma do Art. 5º, §2º da Constituição da República de 1988, enquanto aqueles aprovados pelo rito especial do Art. 5º, §3º da referida Constituição reputam-se normas material e formalmente constitucionais, o que os torna insuscetíveis de denúncia e parte integrante do núcleo pétreo da Lei Fundamental.

27. (FGV – 2022) O prefeito do Município Beta decidiu realizar uma série de obras públicas em uma região pouco habitada do Município, o que gerou grande desconfiança da população. João, cidadão politicamente engajado, após uma apuração particular, descobriu que a maior parte das terras, localizadas no entorno da localidade que receberia as obras, pertencia a familiares do prefeito. Com as obras, as terras teriam grande valorização.

Irresignado com essa situação, João decidiu ajuizar uma ação para impedir a concretização desse objetivo.

Ao questionar o seu advogado a respeito de que ação seria essa, foi-lhe corretamente informado que João deve ajuizar um(a):

- ação popular;
- ação civil pública;
- interdito de obra nova;
- representação interventiva;
- mandado de segurança coletivo.

28. (FGV – 2021) A Secretaria de Ordem Pública do Município Beta recebeu informações de que a Associação de Moradores do Bairro ZZ estaria estimulando a depredação de bens públicos. Após a regular tramitação do processo administrativo no qual representantes da Associação foram ouvidos, o Secretário Municipal, entendendo provados os fatos, decidiu pela sua dissolução compulsória.

À luz da narrativa acima, é correto afirmar que a dissolução compulsória da referida Associação:

- observou a ordem constitucional, pois foi preservada a garantia do devido processo legal;
- observou a ordem constitucional, desde que o Secretário Municipal tenha recebido delegação do Prefeito Municipal;
- não observou a ordem constitucional, pois é vedada, em qualquer hipótese, a dissolução compulsória de associações;
- não observou a ordem constitucional, pois a dissolução compulsória de associações exige decisão judicial transitada em julgado;
- não observou a ordem constitucional, pois seria necessário o prévio trânsito em julgado da sentença condenatória pelos crimes referidos.